

# **Questões atuais de população e ambiente na Amazônia brasileira: o contexto da Terra do Meio (Estado do Pará)<sup>1</sup>**

**Samira El Saifi<sup>2</sup>  
Ricardo de Sampaio Dagnino<sup>3</sup>**

Palavras-chave: Amazônia, População e Ambiente, Áreas protegidas, conflitos socioambientais

## **Resumo**

Este artigo apresenta um panorama atual das dinâmicas envolvendo população e ambiente numa região da Amazônia brasileira denominada Terra do Meio (Pará/Brasil). A Terra do Meio (TdM) é uma região bastante preservada da Floresta Amazônica. Em sua grande extensão territorial estão muitas unidades de conservação ambiental e áreas indígenas. Os principais eixos rodoviários regionais que cortam a região da Terra do Meio são as Rodovias Federais BR-163, que liga Cuiabá (Mato Grosso) a Santarém (Pará), e a BR-230, conhecida como Transamazônica. A TdM também é banhada por importantes rios como o Xingu e Iriri. Trata-se de um importante eixo de expansão da fronteira agrícola brasileira e se constitui em uma das regiões mais conflituosas da Amazônia e do Brasil. Foram utilizados dados provenientes de projetos de pesquisa do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp) e revisão bibliográfica. Como resultado percebe-se que existem interesses conflituosos envolvendo a delimitação da região, que reflete conflitos entre ONGs, entre estas e empresários/proprietários de terra, entre sociedade civil e governos e seus órgãos. Além destes resultados, existem tendências recentes que apontam para redução das taxas de desmatamento, retomada dos projetos de geração de energia hidrelétrica, criação de Unidades de Conservação, regularização fundiária, e outros.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

<sup>2</sup> Cientista Social, mestre em Ciência Política e doutoranda em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP); Bolsista do CNPq – Brasil.

<sup>3</sup> Geógrafo, Mestre em Geografia (IG/UNICAMP) e Doutorando em Demografia (IFCH/UNICAMP); Bolsista do CNPq – Brasil.

# **Questões atuais de população e ambiente na Amazônia brasileira: o contexto da Terra do Meio (Estado do Pará)<sup>4</sup>**

**Samira El Saifi<sup>5</sup>  
Ricardo de Sampaio Dagnino<sup>6</sup>**

## **1. Introdução**

Esse trabalho propõe um panorama atual das dinâmicas envolvendo população e ambiente numa região da Amazônia brasileira denominada Terra do Meio (Estado do Pará/Brasil). Objetiva apresentar uma caracterização e delimitação espacial da Terra do Meio (TdM) mostrando que existem interesses e conflitos que permeiam as diferentes definições espaciais das Organizações Não Governamentais e dos órgãos governamentais que atuam na Amazônia brasileira. Também fornecemos um panorama dos interesses econômicos e conflitos sociais e as principais características relacionadas à população e ao ambiente que, respectivamente, dinamizam e sustentam esses interesses e conflitos.

Foram utilizados dados provenientes de projetos de pesquisa do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp) e revisão bibliográfica. Como resultado percebe-se que existem interesses conflituosos envolvendo a delimitação da região, que reflete conflitos entre ONGs, entre estas e empresários/proprietários de terra, entre setores da sociedade civil e governos (federal e estadual) e entre órgãos dos governos. Além destes resultados, existem tendências recentes que apontam para redução das taxas de desmatamento, retomada dos projetos de geração de energia hidrelétrica, criação de Unidades de Conservação, regularização fundiária, e outros.

Tendo em vista as novas características do desenvolvimento da região coloca-se a necessidade de apresentar informações atualizadas sobre a correlação de forças envolvendo exploração de recursos, de um lado, e interesses conservacionistas, de outro.

## **2. Definindo a Terra do Meio**

A definição e a delimitação de Terra do Meio (TdM) varia muito na literatura não havendo um acordo entre os autores ou mesmo uma definição jurídica em que se possa basear.

---

<sup>4</sup> Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

<sup>5</sup> Cientista Social, mestre em Ciência Política e doutoranda em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP); Bolsista do CNPq – Brasil.

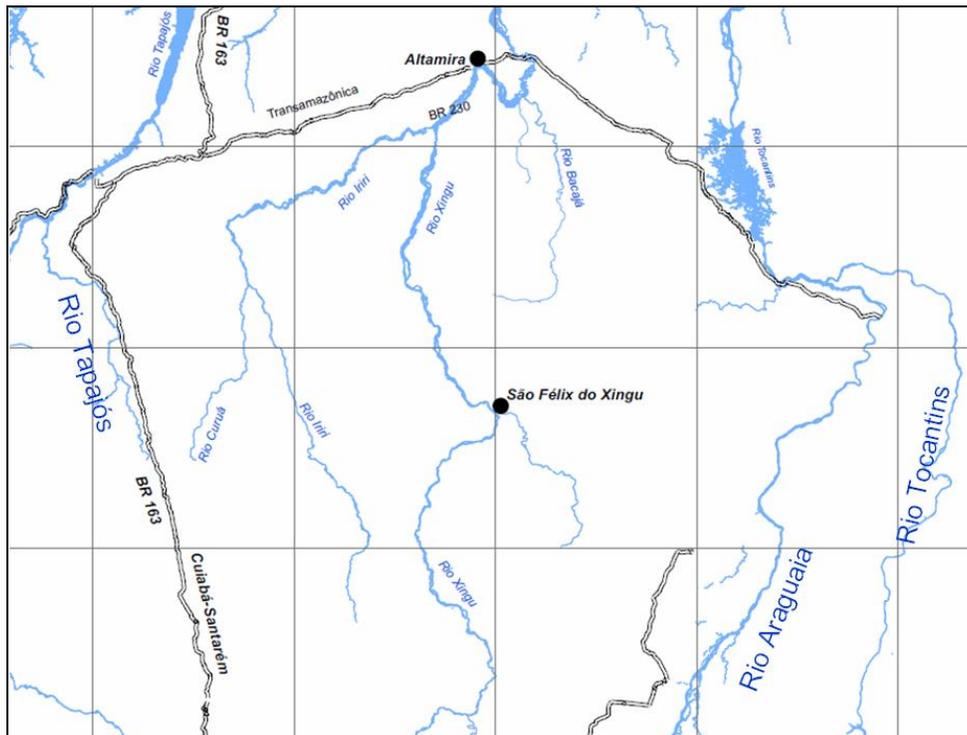
<sup>6</sup> Geógrafo, Mestre em Geografia (IG/UNICAMP) e Doutorando em Demografia (IFCH/UNICAMP); Bolsista do CNPq – Brasil.

O que se conhece por TdM é um mosaico de áreas protegidas (Terras indígenas e Unidades de Conservação federais e estaduais) entremeadas de rios, estradas, reservas florestais bem conservadas e áreas ocupadas por agropecuária, centros urbanos e povoados.

Segundo Castro et al (2002, p.2) a TdM é a região compreendida entre o rio Xingu (a leste), Estado do Mato Grosso (ao sul) e as rodovias BR-163 (a oeste) e a Transamazônica ou BR-230 (ao norte).

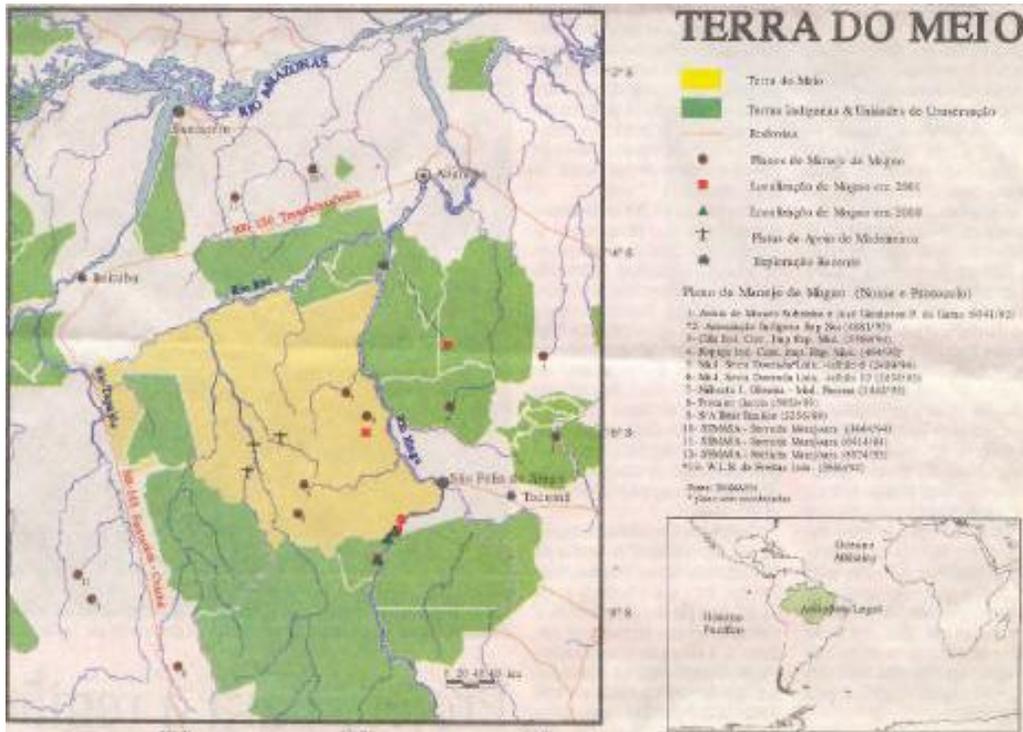
Além dessa demarcação, o trabalho de Castro et al (2002, p.114) utiliza outra definição espacial: “A Terra do Meio é uma área de 400 mil quilômetros quadrados localizada entre as bacias dos rios Araguaia-Tocantins e Tapajós, tendo como eixo o rio Xingu, na maior parte nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira.” Se por um lado essa delimitação deixa de fora uma área importante, próxima da BR-163, ela inclui uma outra área importante, à leste, que vai até o limite do Estado do Tocantins, passando por municípios como Marabá e Eldorado dos Carajás (fig.1).

Figura 1 – Estradas, Rios e Sedes de Municípios da Terra do Meio.



Fonte: IBAMA (2007) – Edição Ricardo Dagnino

Figura 2 – Imagem captada do jornal O Liberal, com uma demarcação de TdM.



Fonte: Castro et al (2002, p.114).

Castro et al (2002, p.114) ainda chamam a atenção para mais uma definição encontrada em Jornais de Belém e em periódicos de grande circulação nacional que apresentam a Terra do Meio como uma área de mata densa situada entre os rios Xingu e Tapajós no sudoeste paraense. Como ilustração desse fato os autores apresentam a figura 2.

Na síntese do seu relatório, Castro et al (2002, p.141) retomam a definição inicial: “Na área compreendida entre a Rodovia Cuiabá-Santarém (Br-163) e o Rio Xingu, reconhecida pela alta biodiversidade, fertilidade do solo e riqueza em madeira (mogno em especial) encontram-se a Terra do Meio e inúmeras Terras Indígenas, no estado do Pará. De São Félix do Xingu em direção ao oeste é que avançam os processos de desmatamento e a constituição de grandes fazendas de pecuária.”

Por sua vez, as Organizações não governamentais (ONGs) que lidam com questões ambientais como WWF, Greenpeace e Instituto Socioambiental (ISA) possuem também as suas demarcações (Fig. 3), que muitas vezes não são idênticas.

Numa tentativa de desviar desse embate entre diferentes definições e limites espaciais, a equipe de DANTONA (2009) preferiu contextualizar a TdM em três níveis de agregação espacial. Essa proposta de níveis de agregação leva em consideração a disponibilidade de dados secundários (IBGE, Estado do Pará, IBAMA, etc) mas também leva em conta a dinâmica ambiental (desmatamento, ocupação humana) e o mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio.

A Figura 4 apresenta o mosaico de UCs segundo uma delimitação proposta anteriormente aos mapas do WWF apresentados neste texto. Além disso, a figura mostra a TdM no contexto da

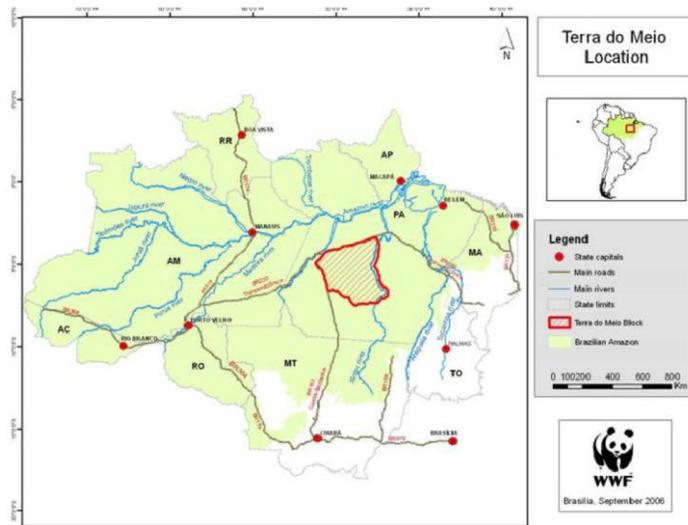
definição de área de estudo proposta por D'Antona (2009) com os municípios segundo os níveis de agregação, partindo do mais específico (municípios da TdM) para o mais abrangente (região de entorno da TdM). Dessa forma, Dantona (2009, p. 22) definiu:

1. **Municípios da Terra do Meio**, ou seja, os municípios em cujos territórios está a Terra do Meio: Altamira, São Félix do Xingu e Trairão.

2. **Municípios do entorno imediato da Terra do Meio**, em outras palavras, municípios limítrofes aos municípios onde está a Terra do Meio: Novo Progresso, Itaituba, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapú.

3. **Municípios do entorno expandido da Terra do Meio**, que corresponde aos municípios que, por sua importância na dinâmica regional e mesmo que não façam limite com os municípios da Terra do Meio, são considerados como o entorno da TdM: Santarém, Aveiro, Jacareacanga e Belterra.

Figura 3 – Demarcação de Terra do Meio proposta pelo WWF.



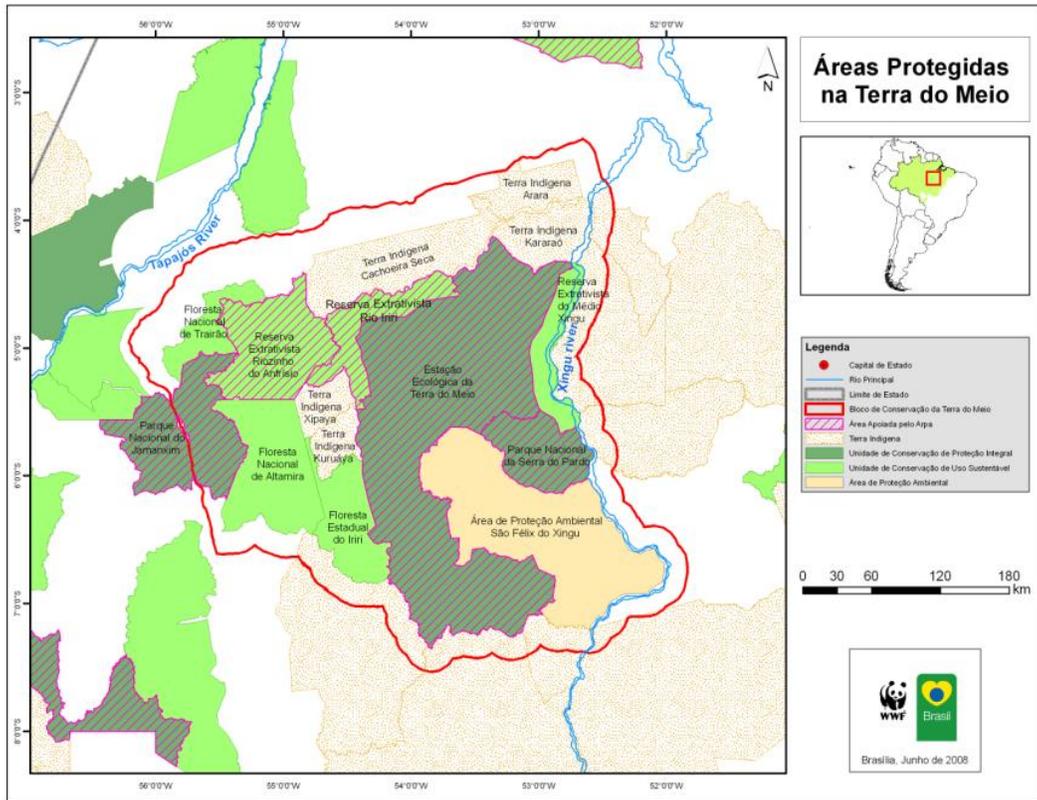
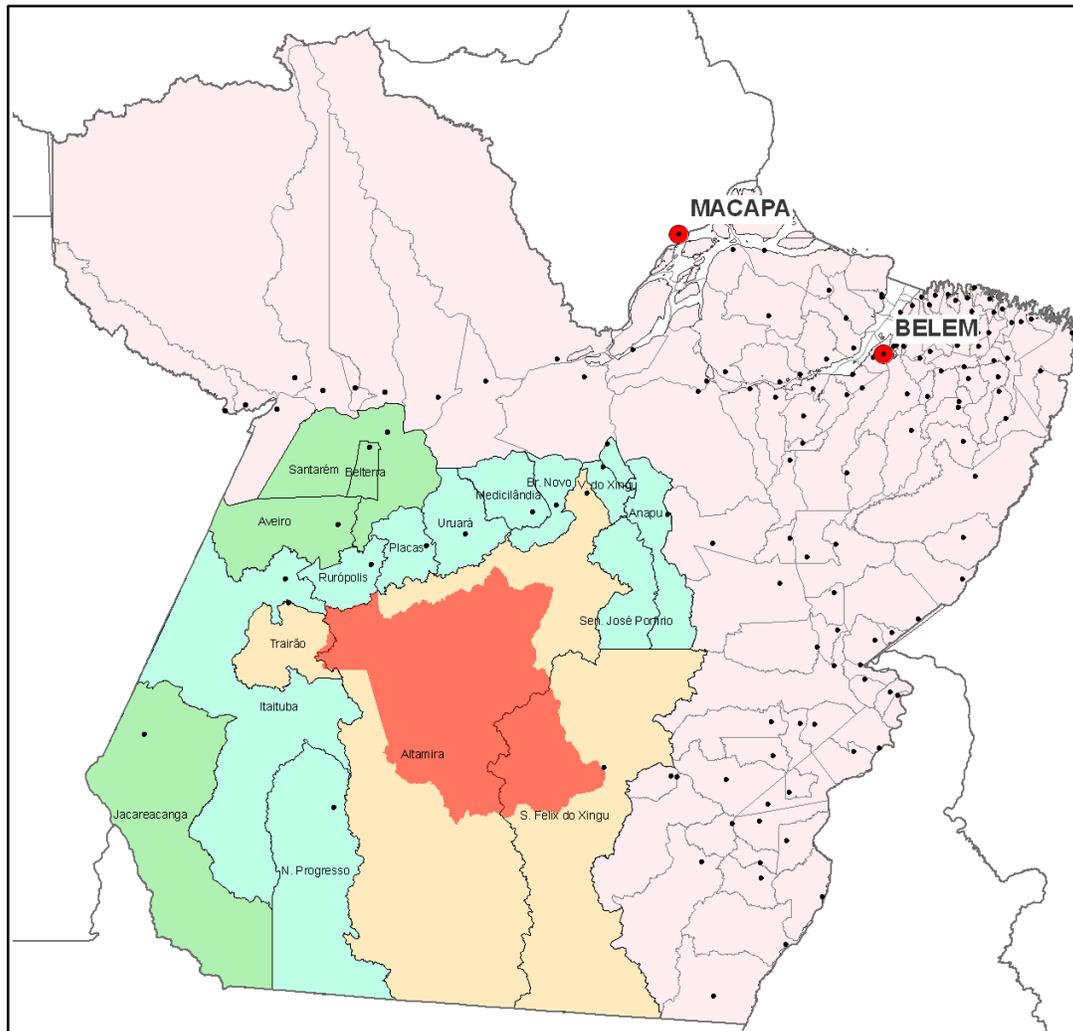


Figura 4 – Terra do Meio em três escalas espaciais e níveis de análise.



**Legenda**

- Capitais
  - Sedes Municipais
  - Terra do Meio
- Municípios na área de estudo
- Terra do Meio
  - Entorno
  - Entorno Expandido

**Escala**

0 50 100 200 Km



Por: NEPO/Unicamp

Fonte: D’Antona et al (2009, p.23).

Independentemente da definição que se escolha, quando se fala em TdM deve-se notar que estamos falando de um espaço inserido na Bacia hidrográfica do Rio Xingu com importante relevância para a preservação ambiental e cultural do Brasil. Essa área compreende um conjunto

contínuo de porções protegidas com unidades de proteção integral, de uso sustentável e por territórios indígenas, que somam aproximadamente 27 milhões de hectares, constituindo um imenso corredor ecológico que se estende do centro do Estado do Pará ao Estado do Mato Grosso. Além disso, nessa área habitam diversos grupos indígenas e populações tradicionais e quilombolas de variadas raízes, sem contar no grande número de migrantes que habitam as vilas e centros urbanos da região.

Nesse estudo, os autores apresentam a região como uma das áreas representativas dos processos recentes de penetração de frentes pioneiras sobre áreas cuja cobertura florestal encontra-se mais preservada. Segundo os autores, os principais atores dessa região eram, à época do estudo, os grandes e médios empresários da pecuária e da madeira e os pequenos produtores rurais, estes últimos associando, em muitos casos, a agricultura com a pecuária (CASTRO et al, 2002, p. 2).

Quanto às UCs, cabe esclarecer que, com exceção da Estação Ecológica e dos Parques Nacionais, que são UCs de Proteção Integral, todas as demais são de uso sustentável, o que significa, de forma geral, que têm o objetivo de proteger os meios de vida, a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável de recursos naturais. Por outro lado, as UCs de Proteção Integral impõem restrições à presença e às atividades humanas, permitidas apenas para pesquisa científica, educação ambiental e, em alguns casos, recreação. (IBAMA, 1996.).

É importante notar que o que embasa a definição da região é sua ecogeografia, sua paisagem natural e também cultural. Segundo Brasil (s/d), jornalista do IBAMA, o termo Terra do Meio foi cunhado pelas ONGs Amigos da Terra e Greenpeace Entretanto, de acordo com Dino Barile<sup>7</sup>, a denominação Terra do Meio é um recorte geográfico feito anteriormente à institucionalização do termo pelas ONGs e movimentos sociais na região. Ela se referia essencialmente à porção limitada entre os rios Xingu e Iriri e demarcava o meio da área de exploração extrativista de borracha e de madeira na região. Segundo afirma, para muitos moradores da região esse ainda é o real significado de TdM. Porém, com o projeto de criação de um Mosaico de Unidades de Conservação, ainda na década de 1990, os limites da TdM se estenderam para as proximidades das rodovias federais (BR-163 e BR-230). Como já havia ocupação nessas áreas, principalmente no entorno da BR-230, o projeto estabeleceu a Bacia do Iriri como limite do Mosaico, extrapolando a nomenclatura nativa sobre a área. Esse projeto previa preservar bacias de grande importância na região, preservando também os biomas em seu entorno. Entretanto, e a título de ilustração, de acordo com alguns membros da Secretaria do Meio Ambiente de Altamira (SEMAT), a proposta de grande parte das ONGs ambientalistas previa a retirada total da população de áreas de floresta, que, por sua vez, seria realocada para os - já conflituosos - espaços das áreas de colonização, para as localidades ao longo das rodovias e/ou dentro das cidades. Tal proposta inicial só teria mudado quando começaram a se efetivar as parcerias com os atores locais, sobretudo com os movimentos sociais da região, cuja perspectiva sobre conservação na Amazônia era distinta daquela das ONGs ambientalistas.

---

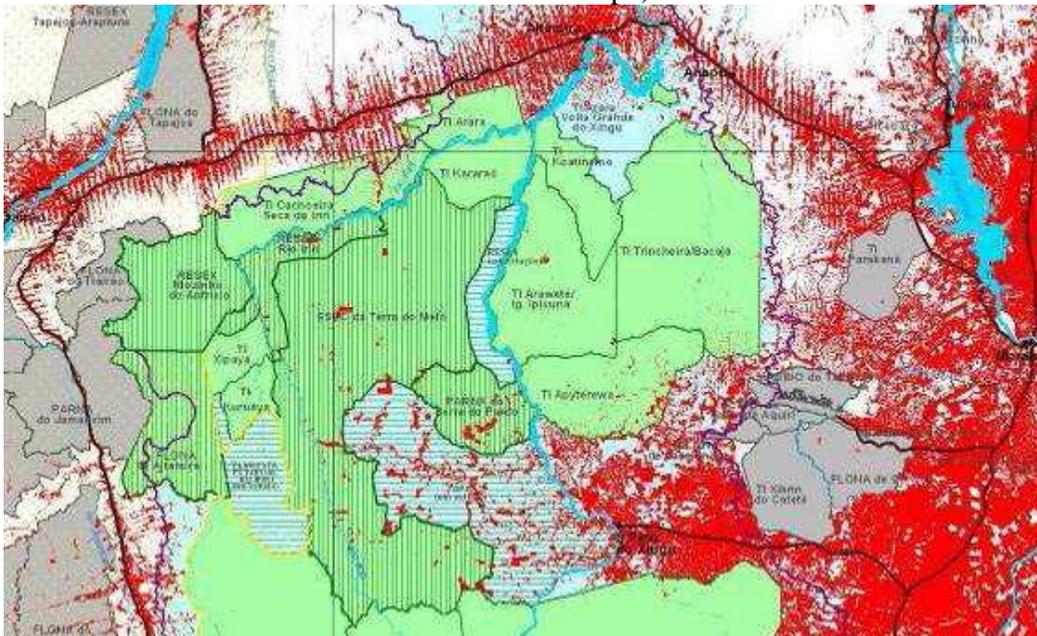
<sup>7</sup> Dino Barile é ex-executor do INCRA em Altamira e ex-servidor da SUDHEVEA - Superintendência da Borracha (autarquia criada pelo governo federal em jan. 1967, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, cuja finalidade era executar a política econômica da borracha em todo território nacional. Vigorou até fev. de 1989).

## 2.1 Importância das vias de acesso

Com relação às vias de acesso da região, cabe esclarecer que durante todo o período colonial e até meados do século XX, os principais eixos de acesso à região eram as vias fluviais nas bacias dos rios Xingu e Iriri (na porção da TdM) e do Tapajós. Disso resulta que todos os centros urbanos mais antigos da região estão situados nas margens dos grandes rios, como é o caso de Alamira e Santarém, as cidades mais estruturadas da região.

Contudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, as rodovias federais tornam-se um capítulo especial no processo de ocupação não apenas da região da TdM, como de toda a região amazônica. Nessas décadas inicia-se a abertura das grandes rodovias federais num contexto de ocupação territorial orientado pelo Estado, no qual as estradas tornaram-se importante elemento da distribuição humana e das mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. (D'ANTONA, 2003). Primeiro tem-se a construção da rodovia Belém-Brasília, ainda nos anos 60; depois, já nos anos de 1970, constrói-se a rodovia BR-230 (ou Transamazônica), ao norte da região em questão, e a rodovia BR-163 (ou Cuiabá-Santarém), ao leste da mesma (vide Figura 5). De acordo com Sauer (2005), tais estradas, além de reativarem antigas fronteiras econômicas, impulsionaram um processo acelerado de ocupação na região movimentando novas fronteiras econômicas (a exemplo do que ocorre em Anapu, Castelo dos Sonhos – Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu). Contudo, a movimentação dessas fronteiras ocorre a partir de um viés de “expropriação e exploração irracional do território, que resultam em desmatamento e muita violência envolvendo novos e antigos ocupantes do espaço territorial” (SAUER, 2005, p.22).

Figura 5 - Mapa da Terra do Meio e respectivas UCs: estradas e pressão por desmatamento (em vermelho no mapa)



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2007. (In: ISA, outubro/2008).

Seguindo essa lógica, o projeto de pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (Br163) e a abertura de estradas clandestinas (a Transiriri ou estrada de Canopus<sup>8</sup>, na parte inferior e a oeste na Figura 4, constitui-se na principal dentre as clandestinas) têm acelerado o processo de ocupação da região da Terra do Meio, movimentando novas fronteiras econômicas como a de Anapu, Castelo dos Sonhos (Altamira), Novo Progresso e São Félix do Xingu. A expansão dessas fronteiras implicam novas dinâmicas que têm acelerado o processo de expropriação e exploração do território, “que resultam em desmatamento e muita violência envolvendo novos e antigos ocupantes do espaço territorial”. (SAUER, 2005).

Ainda com relação à rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), ela foi inaugurada no ano de 1973, como uma das grandes obras de infra-estrutura projetadas no contexto da ditadura militar, com o pretensão objetivo de integrar a região amazônica à economia nacional; além de objetivar a expansão da fronteira agrícola e a exploração dos recursos minerais da região. Entretanto, um pouco mais da metade desta rodovia ainda falta ser pavimentada, são cerca de 950 quilômetros entre Nova Mutum (MT) e Santarém (PA). Nos últimos anos, tal obra se tornou reivindicação de vários setores da economia regional, segundo os quais a obra facilitaria e baratearia o escoamento da produção agropecuária do norte do Mato Grosso, um dos locais de maior produção de grãos, em direção ao rio Amazonas (vide o caso do Porto da Cargill em Santarém). Além disso, alguns empresários e políticos afirmam que a pavimentação da BR-163 encurtaria o transporte dos produtos eletro-eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus até os grandes centros da região Sul.

Por outro lado, é justamente o fato das condições de tráfego da BR-163 serem bastante precárias na sua porção paraense, um dos motivos que permitiram que esta região se mantivesse bastante preservada, já que as condições de acesso são bastante limitadas.

Com relação à Transiriri, estrada ainda hoje não oficializada, sua abertura se dá em função da instalação da Companhia Mineradora Canopus, que explorou cassiterita em meados dos anos de 1980, permitindo também a entrada das madeiras, de levadas de migrantes e a formação de vários núcleos populacionais (CASTRO et al., 2002; ESCADA et al, 2005).

Conforme Escada et al (2005, p.12):

“Por volta de 1998-2000, teve início um novo ciclo de atividades, desta vez de fazendeiros, especuladores e pecuaristas que se apropriaram da terra, utilizando a densa rede de estradas deixada pelas madeiras, acelerando a ocupação da região. Vilarejos e pequenos núcleos populacionais surgiram a partir de 1992, concentrando em seu entorno famílias de colonos, que adquiriram terras por meio do Iterpa ou da compra de terceiros”.

De acordo com Castro et al (2002), a migração para essa região de grupos com interesse na exploração extrativa, mineral e florestal, ou da pecuária, passa a ser orientada pela relação com a estrada. E de forma geral, a distribuição da maior parte da população da região ocorre entre antigos centros urbanos (aqueles situados nas margens dos grandes rios) e novos centros urbanos (aqueles surgidos a partir dos eixos rodoviários), sendo que tais centros urbanos são também

---

<sup>8</sup> A estrada da Canopus, ou Transiriri, sai de São Félix do Xingu, corta a APA Triunfo do Xingu e segue pela Estação Ecológica TdM. Ficou assim conhecida em função da Mineração Canopus – empresa mineradora cuja atividade principal era extração de Cassiterita e que teve seu declínio e fechamento na década de 1990.

centros de decisões, fontes de serviços públicos e privados de mercado de trabalho. Esses fatores determinam a concentração populacional regional, os fluxos de movimentos migratórios, além de desempenharem papel importante por oferecer serviços que não estão disponíveis em grande parte dos municípios da região da Terra do Meio, e importantes para a vinda de novos contingentes.

### **3. Relações entre população e ambiente**

Deve-se ter em mente que a região da Terra do Meio possui características muito dinâmicas, tanto sociodemográficas e econômicas quanto ambientais. Segundo D'Antona (2009, p.75), trata-se de uma fronteira de ocupação do espaço, onde as atividades econômicas se revestem muitas vezes de caráter transitório ou cíclico, o que faz com que as implicações sociais, e as decorrências demográficas, também se revistam desse caráter. Por exemplo, as atividades de exploração de recursos naturais como a mineração, podem atrair expressivos contingentes populacionais em curto espaço de tempo. Entretanto, cessado ou diminuída a viabilidade de exploração econômica da atividade, abandona-se uma área, partindo em busca de outra área que possa significar a possibilidade de geração de obtenção de renda.

Entre os principais problemas relacionados à interação população e ambiente da TdM está a intensificação da ação de grileiros pela posse das terras da região (notadamente motivados pela especulação imobiliária e pelas atividades agropecuárias). Neste processo, expulsam comunidades de populações tradicionais e impõem áreas de pastagens ou de exploração madeireira onde existiam florestas nativas. Essa dinâmica social acarreta a destruição da floresta e origina tensões e violência na relação com pequenos produtores rurais, populações ribeirinhas, comunidades agroextrativistas e grupos indígenas.

Outros fatores que exemplificam os conflitos nesta região são: corrupção envolvendo o registro imobiliário; desmatamento para especulação; mineração não regularizada; interesses voltados à geração de energia (importante notar: a hidrelétrica no rio Xingu foi aprovada não obstante a grande quantidade de protestos das populações indígenas e ribeirinhas); falta de fiscalização e de ordenamento territorial; existência de populações indígenas de várias etnias e de populações ribeirinhas fixadas nas margens dos rios; intervenção de muitas ONGs disputando a Amazônia (raramente defendendo a mesma bandeira e, não raramente, convergindo para interesses coincidentes); grande quantidade de unidades de conservação ambiental de diferentes tipos.

Para introduzir o debate sobre população e ambiente na região, esquematicamente, e com base nos dados fornecidos pelo ICMBio (2008), pode se afirmar sobre a região que até a década de 1970 predominava a presença de Ribeirinhos e Povos Indígenas da Região, a despeito dos Programas de Governo de Ocupação da Amazônia. Entre 1970 e 1990 o grande marco foi a Mineração Canopus - cuja atividade era extração de Cassiterita - e a promoção de abertura de estradas, várias delas ilegais. Tem-se aí o início de um processo de colonização e de exploração de grande vulto na região, que se estenderia pelos anos 90.

A década de 1990 foi marcada por grandes conflitos pela posse de terras e de recursos florestais. A instalação da CR Almeida; a explosão da exploração madeireira em grande escala, o declínio e o fim da Mineração Canopus, e as descobertas e aberturas de garimpo para extração de ouro (ICMBio, 2008) são merecedores de nota. A extração predatória do mogno funcionou como

um motor da atividade econômica e penetração humana. O grande boom do mogno viria a ser enfrentado publicamente desde o início dos anos de 1990, com grande repercussão na ECO-92 graças a ação de ONGs como o Greenpeace. As campanhas em defesa da espécie surtiram efeito concreto com a declaração de moratória para novos projetos de exploração do mogno 1996, depois da divulgação de dados do INPE quanto ao desmatamento. A reação, ainda que não tenha sido suficiente para deter a exploração madeireira – sobretudo a ilegal – teve um impacto significativo.

Simultaneamente aos movimentos predatórios, nos anos 90 cresce a preocupação da mídia com esta região compreendida entre o Tapajós e Xingu, em função do grande desmatamento e exploração madeireira, sobretudo de mogno, conhecido como o “ouro verde”. Após 2000, tem-se a chegada de grandes grupos de fazendeiros e seus grupos de pistolagem. Inicia-se o declínio da exploração do mogno e o aumento da criação bovina. Segundo o ICMBio, a Região se torna a recordista em desmatamento no Brasil e também a mais violenta do país, passando a possuir o maior rebanho bovino do Pará.

No ano de 2005 ocorre o decreto de criação da ESEC Terra do Meio e PARNA Serra do Pardo, fato que ocorre, como afirmado em outro momento no texto, apenas alguns dias após a execução da missionária Dorothy Stang. Finalmente, em abril de 2008, o Mosaico de Unidades de Conservação Terra do Meio é completado pelo decreto de criação da sua última UC, a RESEX do Médio Xingu.

### **3.1 Características da população**

Com base nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Hogan et al (2008) apontam que no intervalo de 1970 e 2000 a população de toda a Amazônia Legal passou de 7 milhões para mais de 20 milhões de habitantes. Esse crescimento se deve pela combinação de (a) taxas de fecundidade mais elevadas que a média nacional; e, (b) grandes fluxos migratórios.

Entretanto, como destaca D’Antona (2009, p.68) a população cresce a taxas cada vez mais baixas. No período 2000-2007 houve uma tendência de redução na taxa de crescimento anual, fato observado entre 1970 e 2000. Como pode-se ver na tabela 1, abaixo, entre 2000 e 2007 a Região Norte, o Pará e a Área de Estudo continuaram a crescer a taxas anuais mais elevadas do que a do Brasil. Ainda que a Área de Estudo como um todo apresente taxa de crescimento populacional anual inferior à do Pará e bem próxima a da Região Norte, nota-se que a população dos municípios da TdM cresceu a taxa bastante superior do que aquelas, sobretudo pelo incremento verificado em São Félix do Xingu.

Tabela 1: População total e sua taxa de crescimento no Brasil, Região Norte, Pará e Área de Estudo - 2000 e 2007.

Unidade Territorial	Pop. 2000 (hab.)	Pop 2007 (hab.)	Taxa Anual Cresc. (%)
Brasil	169 590 693	183 987 291	1,17
Região Norte	12 901 296	14 623 316	1,81
Pará	6 192 307	7 065 573	1,90
Área de Estudo	720 571	819 206	1,85
Municípios da TdM	126 102	167 440	4,13
Altamira	77 439	92 105	2,51
São Félix do Xingu	34 621	59 238	7,97
Trairão	14 042	16 097	1,97
Municípios do Entorno	277 795	308 871	1,53
Anapu	9 407	17 787	9,53
Brasil Novo	17 193	18 749	1,25
Itaituba	94 750	118 194	3,21
Medicilândia	21 379	22 624	0,81
Novo Progresso	24 948	21 598	-2,04
Placas	13 394	17 898	4,23
Rurópolis	24 660	32 950	4,23
Senador José Porfírio	15 721	14 302	-1,34
Uruará	45 201	35 076	-3,56
Vitória do Xingu	11 142	9 693	-1,97
Entorno Expandido	316 674	342 895	1,14
Aveiro	15 518	18 830	2,80
Belterra	14 594	12 707	-1,96
Jacareacanga	24 024	37 073	6,39
Santarém	262 538	274 285	0,63

*Dados: IBGE, Censo Demográfico 2000; IBGE, Contagem 2007.*

*Elaboração: Nepo/Unicamp – D’Antona (2009)*

O Brasil das últimas décadas, sofreu mudanças importantes em termos dos componentes da dinâmica demográfica, como destaca Hogan et al (2008, p.72): as taxas de fecundidade diminuíram de maneira significativa, tendo ocorrido o mesmo com as taxas de mortalidade. A Amazônia Legal passou também por essas transformações, verificando-se uma tendência de convergência com os números nacionais, muito embora os níveis de mortalidade e de fecundidade amazônicos ainda sejam mais elevados que no restante do país. Segundo Hogan et al (2008, p.84): “Até meados dos anos 2000, então, os níveis de mortalidade e fecundidade da Amazônia, embora próximos aos nacionais que em épocas anteriores, continuam mostrando-se mais elevados. Todavia, se as tendências declinantes se sustentarem, o crescimento vegetativo será cada vez menos importante como impulsora da mudança demográfica”.

Em termos de mobilidade espacial da população, Hogan et al (2008, p.72) verificou um arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância. A complexidade dos fluxos atuais reflete, em grande medida, as interações entre um mercado de trabalho em transformação constante, influenciado por processos locais e globais, e um contingente populacional expressivo em termos de volume, mas bastante heterogêneo. Apesar de os fluxos regionais serem atualmente os mais significativos, são muitos os exemplos de grandes mobilizações demográficas em função de atividades econômicas pontuais no tempo e no espaço, como os garimpos.

Segundo D'Antona (2003) esses fluxos populacionais foram motivados por projetos de ocupação, colonização e desenvolvimento orientados pelo Estado (muitos deles iniciados pelo Regime militar na década de 1970), mas também funcionaram como fatores de atração a abertura de rodovias e a dinâmica dos ciclos econômicos regionais.

Tobias (2003, p.142) resume o processo de migração nesse estado da seguinte forma:

“A imigração interestadual paraense na década de 80, conforme os resultados do Censo Demográfico de 1991, revelou uma perda de dinamismo com relação à década anterior. Refletiu também uma concentração no destino da imigração interestadual, onde a Mesorregião Sudeste Paraense se constituiu na principal área de fronteira na década de 70. Por outro lado, do mesmo modo que São Paulo apresentou na década de 80 um volume considerável de pessoas retornando aos seus estados de origem, o Pará também apresentou saída de imigrantes nordestinos aos seus estados de origem, fatos inéditos na história migratórias desses dois estados.”

Na Região Norte e na Amazônia Legal, a ‘masculinização’ das áreas rurais é mais elevada do que a observada normalmente em todo o Brasil. Isso se deve à dois fatores identificados por Hogan et al (2008): de um lado, a chegada na área de homens jovens para as áreas de fronteira (principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, mas não exclusivamente neste período) e, de outro, a saída de mulheres em direção às áreas urbanas.

Analisando a distribuição da população na Terra do Meio por sexo, D'Antona (2009) percebeu claramente que a razão de sexo (razão entre homens e mulheres, quanto maior o valor da razão maior é o número de homens em relação ao número de mulheres) dessa região é superior a do Brasil nos quatro censos considerados (1970, 1980, 1991, 2000). O Pará possui valores de razão de sexo ligeiramente inferiores aos da Região Norte – também superiores aos do Brasil – enquanto que a região da Terra do Meio possui razão de sexo bastante superior à do Pará.

Sobre a distribuição da população em rural e urbana, de acordo com dados do censo 2000, cerca de 70% da população da Amazônia Legal vive em áreas urbanas. As cidades podem ser consideradas como o destino final de grande parte do movimento migratório em direção à fronteira. Como parte desse processo, populações de seringueiros, ribeirinhos, índios e pequenos posseiros viram-se expulsos pelos grandes projetos agropecuários, geralmente incapazes de manter mão-de-obra no meio rural. Mesmo o colono que chegava nos assentamentos teve dificuldade para se manter na área rural, seja pela falta de assistência, seja pelo desconhecimento do ecossistema – dentre outros fatores que contribuíram para o abandono ou venda do lote recebido e o deslocamento para centros urbanos (HOGAN et al 2008).

Pelo fato dos municípios da região da Terra do Meio serem muito extensos, é difícil precisar a localização da população rural. Segundo D'Antona (2009), Altamira é o maior dentre todos os municípios brasileiros, com 160.755 km<sup>2</sup>; São Félix do Xingu (84.248 km<sup>2</sup>) é o terceiro maior município do Pará, sexto maior do Brasil; e Itaituba (62.112 km<sup>2</sup>) é o quinto maior município do Pará, 14º do Brasil. Em uma região com municípios com estas dimensões e onde centros urbanos de portes distintos combinam-se a áreas mais escassamente povoadas, tais como, unidades de conservação e terras indígenas, não basta saber quantos são os habitantes em cada município. Torna-se essencial compreender como se distribuem e se movimentam por ali.

Uma tentativa é utilizar os dados por setores censitários do Censo 2000. O setor censitário é definido pelo IBGE na documentação que acompanha os dados como a menor unidade territorial com dimensão adequada à operação de levantamentos. Criado para fins de controle cadastral da coleta, cada setor tem limites físicos identificáveis em campo e respeita “os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além de um quantitativo de domicílios adequado à operação censitária”.

O mapa abaixo (Figura 6) mostra a densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>) nos setores censitários de cada município da região da Terra do Meio. Esse mapa e as interpretações que ele permite tirar, e que também foram reproduzidas a seguir, fazem parte do relatório coordenado por D’Antona (2009).

A relação entre vias de acesso e densidade humana fica evidente, inclusive nos municípios maiores, como Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso e Itaituba. A variabilidade interna aos municípios mostra como existe predominância de áreas com densidade inferior a 1 hab./km<sup>2</sup>; a existência de manchas mais densas ao longo de vetores de ocupação; ao mesmo tempo, existem pequenas áreas com maior densidade, que correspondem aos centros urbanos e às vilas de maior porte.

No município de Altamira, a população se concentra no extremo norte do município, na porção cortada pela Transamazônica e onde se situa a sede municipal. Em todo o município, predominam setores censitários com densidades tendendo a zero hab./km<sup>2</sup>, com exceção de alguns aglomerados isolados e de setores junto à BR163, ao sul de Novo Progresso, correspondendo à porção de Castelo dos Sonhos. Em São Félix do Xingu, vê-se que a população se concentra em setores na porção onde se situa a sede municipal, rumo ao norte desta. Assim como em Altamira, predominam os setores censitários com densidade tendendo a zero hab./km<sup>2</sup>.

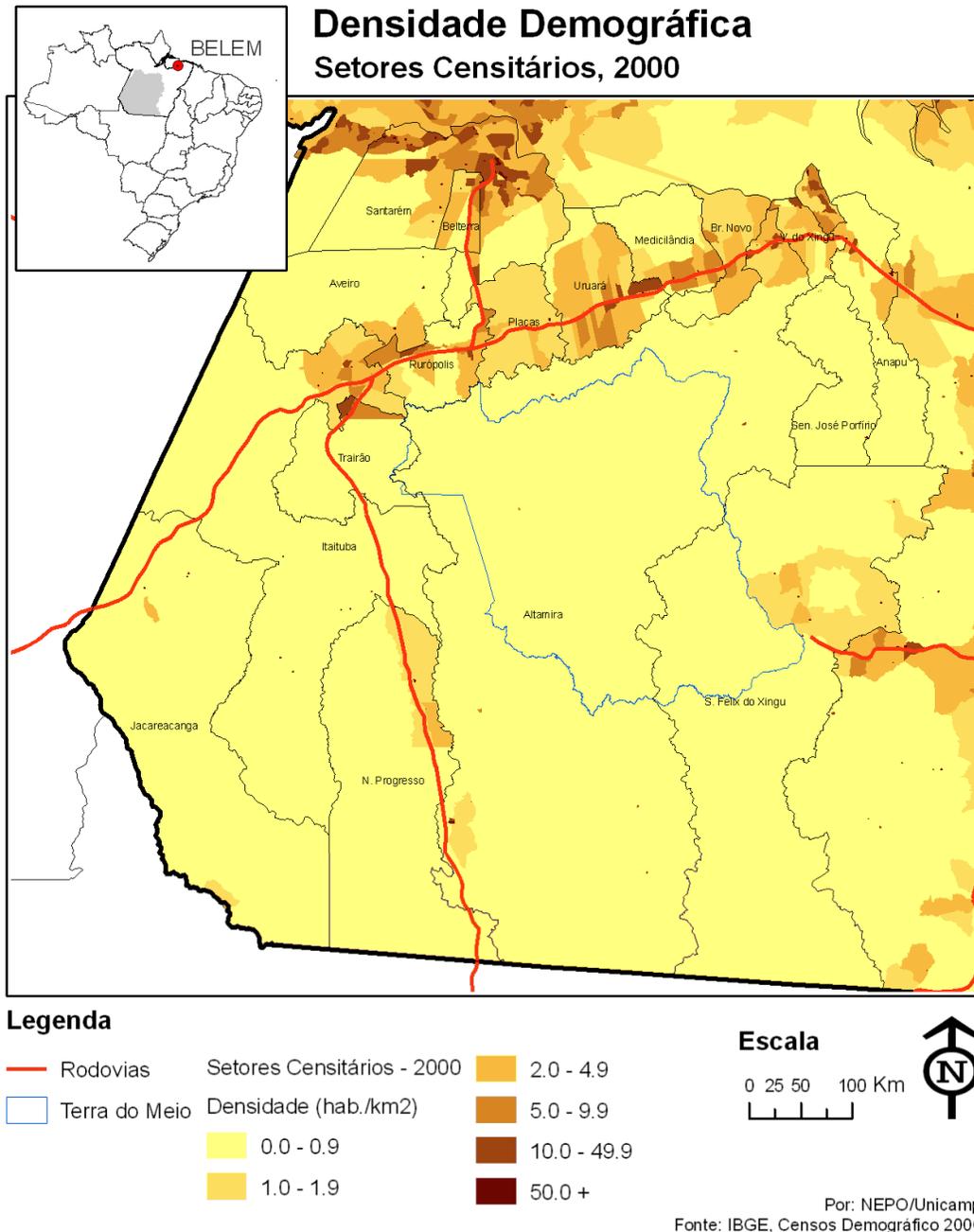
Em geral, os dados por setores censitários revela uma densidade demográfica bem próxima a zero hab./km<sup>2</sup> no interior da TdM. Similar baixa densidade se verifica também na maior parte dos setores censitários limítrofes à TdM (muitos deles em Terras Indígenas ou em Unidades de Conservação), exceto por aqueles em São Félix do Xingu, em porção mencionada anteriormente, e por setores no extremo noroeste da TdM, junto aos municípios de Trairão e Rurópolis.

Segundo Wood e Carvalho (1994, p.101) a taxa de mortalidade pode ser utilizada como medida sumária da qualidade de vida muito mais relevante para captar a realidade da Amazônia do que outros indicadores como renda monetária, por exemplo.

Com base nisso apresentamos dados que mostram que a mortalidade está diminuindo bastante na Amazônia. Hogan et al (2008, p.84) analisa as taxas de mortalidade nas 5 regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul, Sudeste) e nos três grandes grupos etários - crianças (0-4 anos), jovens adultos (15-24 anos) e idosos (60 anos e mais) – e nota que entre 1990 e 2004 houve redução do peso da mortalidade de crianças na mortalidade total. Apesar disso, na região Norte, o peso da mortalidade de crianças em relação a mortalidade total ainda representa um percentual consideravelmente alto em relação as outras regiões do Brasil. Enquanto que na região Norte o percentual da mortalidade infantil é de 14% enquanto que no Brasil esse percentual é de 6%. Por outro lado, peso do grupo dos idosos é menor no Norte do que no Brasil (46,0% contra 58,6%). No grupo intermediário, de jovens e adultos (15-24 anos), a queda esperada não se verificou nas regiões Norte e Nordeste. Segundo Aidar (2003) apud Hogan et al (2008) essa queda não ocorreu nessas regiões devido ao aumento da importância da mortalidade por causas

externas (principalmente, homicídios e acidentes de trânsito), que atinge sobremaneira a população de adultos jovens.

Figura 6- Densidade demográfica por setores censitários (hab/km<sup>2</sup>).



A mortalidade infantil no estado do Pará permanece sendo uma das mais altas do Brasil, estando bem próxima da realidade da Amazônia Legal. Segundo D'Antona (2009, p.84), os

dados de 2004 indicavam que no Pará a taxa de mortalidade infantil era de 25,6 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos, sendo que no Brasil era de 22,6. Em termos comparativos o estado brasileiro com taxa mais elevada é o Maranhão (que também faz parte da Amazônia Legal) e possuía taxa de 35,2 mortes por mil nascidos vivos.

Mas ainda que renda monetária não seja o indicador social que melhor se adapta à realidade rural ou de floresta de grande parte da população da Amazônia faz-se necessário comparar os municípios através de características econômicas mais objetivas.

Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB), indicando o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos ou a renda gerada no município, pode fornecer um panorama geral do perfil socioeconômico da população. No caso dos municípios da Terra do Meio, com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), D'Antona (2009, p. 115) comparou o PIB exclusivamente dos produtos agrícolas, também chamado de PIB agropecuário, entre 1975 e 2005 e concluiu que ele variou bastante ao longo dos anos. Pegando alguns casos, nas cidades de Altamira e São Félix do Xingu, o produto cresceu mas isso não ocorreu em Santarém. Isso leva a refletir sobre o peso da produção dos principais produtos de cada município: Cacau (em Altamira), Gado (em São Félix do Xingu), e da Soja (em Santarém). Segundo D'Antona (2009, p.115) isso faz pensar não apenas sobre as conseqüências econômicas das opções produtivas mas também sobre as conseqüentes mudanças na cobertura da terra que cada opção produtiva acarreta. Lembrando que, se de um lado, o Cacau que é uma atividade eminentemente extrativista, as outras são todas baseadas em produção de larga escala e em grandes propriedades.

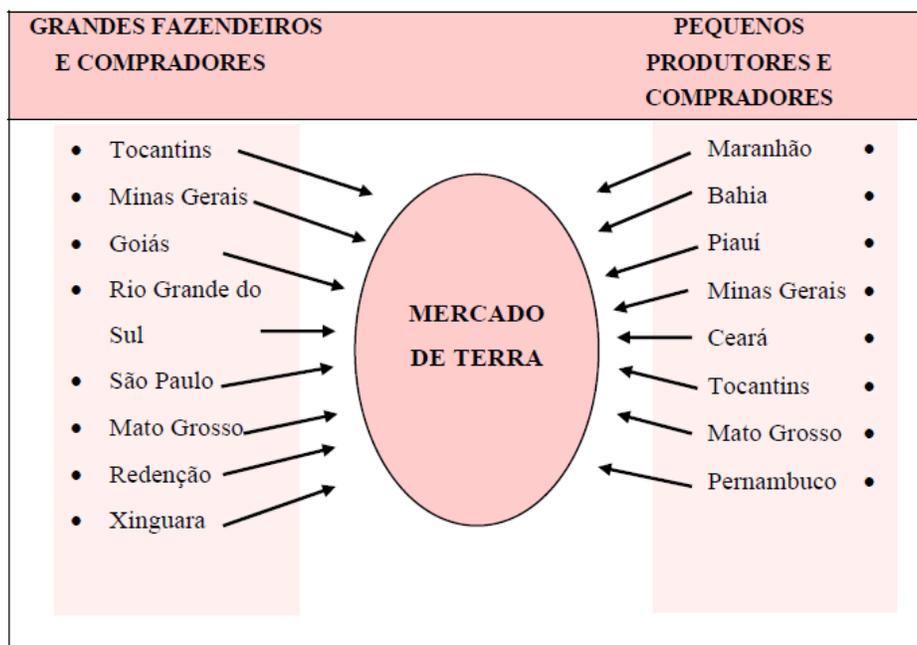
D'Antona (2009, p.121-122) também avaliou a renda monetária nos municípios da Terra do Meio. Para isso utilizou a distribuição de renda através do índice Gini. Trata-se de uma forma de expressar a desigualdade na distribuição da renda, onde quanto maior o índice maior a desigualdade na distribuição ou, em outras palavras, mais concentrada a renda. Segundo este autor, nos municípios da região da Terra do Meio, a desigualdade de Renda piorou em dez dos 17 municípios, mostrando que um aumento na renda não significa melhor distribuição de renda. Em São Félix do Xingu, o aumento do Gini foi tal que levou o município a apresentar em 2000, a pior distribuição de renda dentre todos os municípios considerados.

### **3.2 Migração e mercado de terras na Terra do Meio**

Castro et al (2004, p.16) identificou através de trabalhos de campo a origem dos potenciais compradores de terras em São Félix do Xingu (SFX).

Como podemos ver na Figura 7, de um lado temos os grandes fazendeiros vindos da região Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte; de outro temos os pequenos produtores originários do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte. A diferença entre os dois fluxos migratórios está na região Sul (origem dos grandes fazendeiros) e a Nordeste (origem dos pequenos).

Figura 7 – Origem dos compradores de terra, segundo o poder de compra



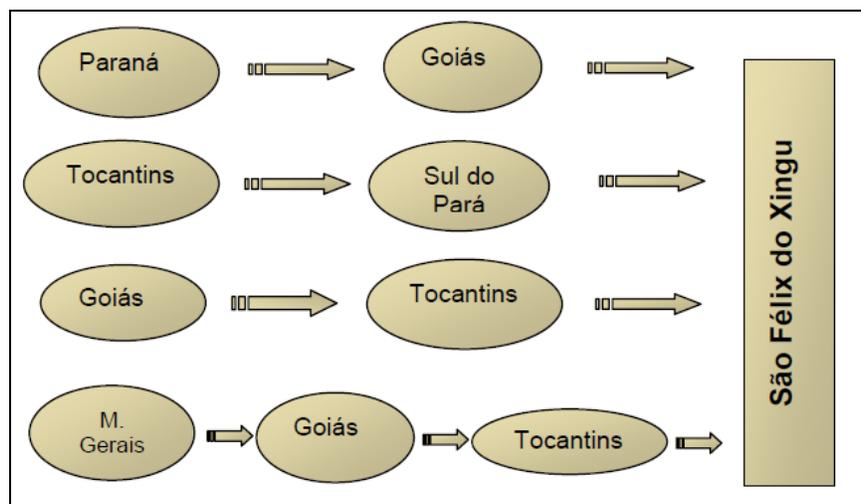
Fonte: Castro et al (2004, p.16).

Em São Félix do Xingu, Castro (2005, p.27) levantou que a maior parte dos grandes proprietários vem de Goiás, seguidos por proprietários de terras de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Muitos desses já tiveram fazendas em outras localidades próximas de SFX, como Redenção e Xinguara. Castro (idem) identificou que, em alguns casos, os fazendeiros não vieram do mesmo estado mas também da mesma região dentro do mesmo, como é o caso de fazendeiros provenientes da região de Colinas, em Goiás. Além disso, percebe-se que muitos proprietários de grandes extensões de terra não residem em São Félix do Xingu (SFX).

Do lado dos pequenos produtores rurais ou trabalhadores sem-terra que buscam trabalho ou lotes para se estabelecer, Castro (2005, p.27) identifica que tem crescido o fluxo de pessoas que vem para SFX, vindos dos seguintes estados, ordenados por ordem de volume de migrantes: Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. No âmbito de uma migração interestadual, a autora percebe que têm chegado também famílias que vieram recentemente de Tucumã, de Ourilândia do Norte, de Marabá, de Xinguara e de Redenção, embora estas possam ter como ponto de partida o Nordeste ou outras regiões, há muito mais tempo.

Segundo Castro et al (2004, p.19), é possível observar, com base no perfil da sucessão da ocupação do território do Centro-Norte nas décadas de 1970-2000, o deslocamento das atividades produtivas que influenciaram a ocupação de São Félix do Xingu (Fig. 8).

Figura 8 – Fluxos de ocupação do território que influenciaram a ocupação de SFX.



Fonte: Castro et al (2004, p.19).

De acordo com Castro et al (2004, p. 5), a população que migrou para São Félix do Xingu (SFX) a partir dos anos 1980 foi motivada pela exploração extrativa, mineral e florestal, ou a pecuária. Era predominantemente formada por goianos, mineiros e tocantinenses. Os interessados em exploração florestal, por exemplo, voltaram suas atenções para o mogno. Mas, de maneira geral, todos eles redefiniram de forma agressiva um padrão de ocupação da terra que era tradicionalmente agroextrativista.

Entretanto, aquela ocupação baseada na devastação desmedida testemunhada pela década de 1980 tomou novas feições e, atualmente, podemos perceber novos rumos para o desenvolvimento da região sendo propostos pelos filhos dos primeiros ocupantes.

Segundo Castro et al (2002, p.75):

“A sucessão geracional também influencia na migração da atividade, quando os filhos ficam adultos e a família precisa dividir a propriedade, demanda por mais terra. As terras novas são então o espaço de acomodação das novas gerações na atividade. Em São Félix, a maioria dos pecuaristas é jovem, na faixa dos quarenta anos. Isso explica a receptividade por novas tecnologias e ambições em relação ao mercado externo com produtos de qualidade melhorada.”

Em trabalho de campo realizado em 2008 por membro da equipe do NEPO/Unicamp a São Félix do Xingu percebeu-se esse movimento de renovação. Um proprietário de terra entrevistado se disse motivado pela possibilidade de lucro com a negociação de créditos de carbono, dentro dos dispositivos do Protocolo de Kyoto e relatou que poderia vender as terras arrasadas pela pecuária para comprar áreas fechadas, ou seja, com floresta em pé, porque dessa forma ia ganhar muito mais.

Entretanto, embora o desmatamento em SFX esteja diminuindo ao longo dos últimos anos, ela ainda vai ser muito lembrada pela alta taxa de desmatamento, principalmente por esta estar associada à expansão da pecuária sobre solos amazônicos. Como salienta Castro (2005,

p.22): “A maior taxa em 2002 estava no Pará, no município de São Félix do Xingu, que, no espaço de 15 anos, conseguiu saltar de uma situação em que a carne para o consumo interno vinha de Redenção e Marabá para uma produção de aproximadamente um milhão de cabeças de gado (dados referentes a 2002, segundo a Associação de Produtores Rurais de São Félix do Xingu).

### **3.3 Violência, desmatamento e avanço do gado.**

É importante esclarecer que a Amazônia, como um todo, é internacionalmente reconhecida não apenas como a maior reserva ambiental do planeta, mas também como uma área em constante disputa; seja política, econômica, ambiental ou social. Entretanto, a Terra do Meio tem chamado sistematicamente a atenção pelo rápido avanço na demarcação de unidades de conservação por um lado e, por outro, pela velocidade com que a floresta começou a ser devastada e pelos conflitos decorrentes do processo de ocupação da terra. É nela que ficam os principais focos de violência contra a pessoa do campo (assassinatos, escravidão, ameaças de morte, expulsões do campo). Projetos como a abertura de novas estradas, pavimentação da BR-163, construção de uma ferrovia ligando Cuiabá-Santarém, represamento do Rio Xingu, entre outros, tem acelerado o processo de ocupação da região e movimentado novas fronteiras econômicas que implicam novas dinâmicas populacionais. Essas têm acelerado o processo de expropriação e exploração do território, resultando em desmatamento e muita violência envolvendo novos e antigos ocupantes daquele espaço.

Dentre os atores envolvidos na dinâmica socioeconômica e política da região estão Estado, empresariado, movimentos sociais, povos da floresta, além de outros, que possuem múltiplos meios e instrumentos de ação e pressão, legais e ilegais. Não raramente, muitos dos interesses desses atores são conflitantes e até mesmo antagônicos, o que gera tensões sociais advindas não apenas da presença marcante desses conflitos de interesses, mas também pela presença insuficiente do poder público legítimo e não corrompido pelo poder econômico.

Portanto, a região é uma das mais conflituosas de um dos estados mais conflituosos da Amazônia, na medida em que se trata de uma região sujeita a interesses antagônicos, dos mais distintos atores; uma região marcada por graves tensões sociais advindas, por um lado, dos conflitos de interesses e, por outro, da não presença (ou presença bastante insuficiente) de poder público legítimo e não comprometido com o poder econômico. Dado esse contexto que envolve a TdM, caberia aqui até mesmo sugerir uma re-interpretação para o termo Terra do Meio, desta vez menos relacionada à questão geográfica e mais à problemática sócio-econômica, ou mesmo geopolítica: a terra que fica no meio (no centro) de uma região marcada por muitos conflitos socioeconômicos.

A violência que atinge seres humanos e a floresta e pode ser medida, além do número de assassinatos, através do número de trabalhadores escravizados e nos casos de corrupção de fiscais ambientais e membros do executivo local parece ter tomado conta dessa porção do Pará durante últimos anos. Parte dessa perspectiva de violência pode ser percebida pelos dados do Quadro 1.

Quadro 1 - Relação entre cidades que mais desmataram, pecuária e violência (mortes no campo e trabalho escravo) entre 2003 e 2007. Em destaque os municípios da Região da Terra do Meio.

Posição no ranking das cidades que mais desmatam	Cidades que mais desmataram (1)	UF	Área desmatada em km <sup>2</sup> (1)	Varição em cabeças de gado (2)	Mortes no campo motivadas por conflitos fundiários (1)	Trabalhadores resgatados em situação de escravidão (1)
1	São Félix do Xingu	PA	2812	331420	4	291
2	Cumaru do Norte	PA	1042	337594	4	73
3	Novo Repartimento	PA	1028	145046	6	59
4	Colniza	MT	982	115958	2	0
5	Altamira	PA	914	73973	3	120
6	Santana do Araguaia	PA	796	122719	0	218
7	Porto Velho	RO	778	179800	0	0
8	Juara	MT	708	19714	0	28
9	Pacajá	PA	661	83952	1	521
10	Nova Bandeirantes	MT	549	124302	0	16
11	Lábrea	AM	528	265	3	26
12	Novo Progresso	PA	523	329887	1	0
13	Marabá	PA	510	270700	4	194
24	Anapu	PA	353	77307	5	20
33	Uruará	PA	277	101622	0	94
35	Brasil Novo	PA	271	46492	0	85
39	Itaituba	PA	269	102057	0	28

Base de Dados: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão Pastoral da Terra e Ministério do Trabalho.

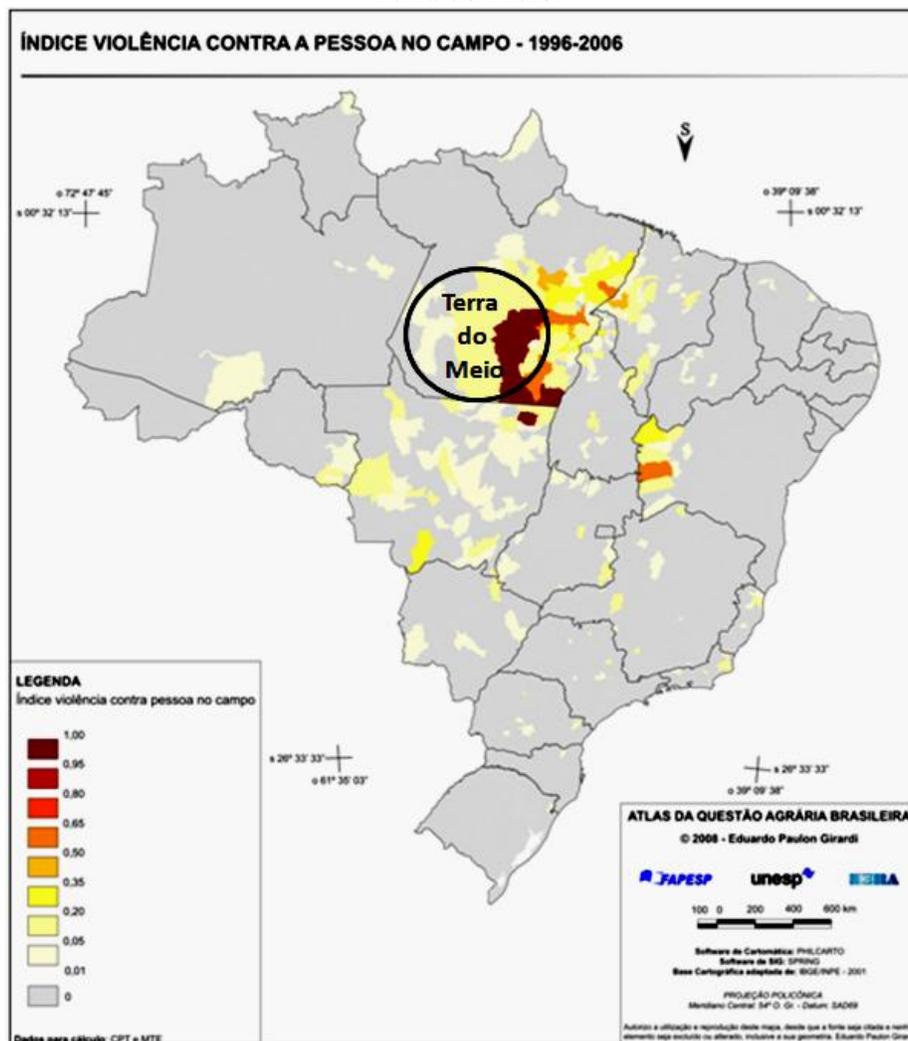
Notas: (1) Baseado nos dados de 2004 a 2007; (2) Baseado em dados de 2003 a 2006.

Elaborado por NEPO/Unicamp a partir de SCOLESE (2008).

Percebe-se na tabela acima que dentre os 50 municípios que mais registram violência no campo (assassinatos e escravização de trabalhadores) e maiores índices de desmatamento, encabeçam a lista os dois em que se concentra a maior parte da área da TdM, São Félix do Xingu e Altamira. Para além desses dois municípios, outros quatro que ficam no entorno da mesma região também constam da lista dos 50 municípios com maiores índices de violência no campo e desmatamento, este estando associado à atividade pecuária.

O trabalho de Girardi (2008, p.307-308) que resultou no Atlas da questão agrária brasileira apresenta um mapa com o índice de violência contra a pessoa, criado para o Atlas (Figura 9).

Figura 9 - Mapa do índice de violência contra a pessoa no campo, com a identificação espacial da Terra do Meio.



Fonte: Adaptado de Girardi (2008, p.308).

O Índice de violência contra a pessoa no campo considera o número de assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e a média entre o número de trabalhadores escravizados libertados pelo Ministério do Trabalho e em denúncias à Comissão Pastoral da Terra (GIRARDI, 2008, p.308).

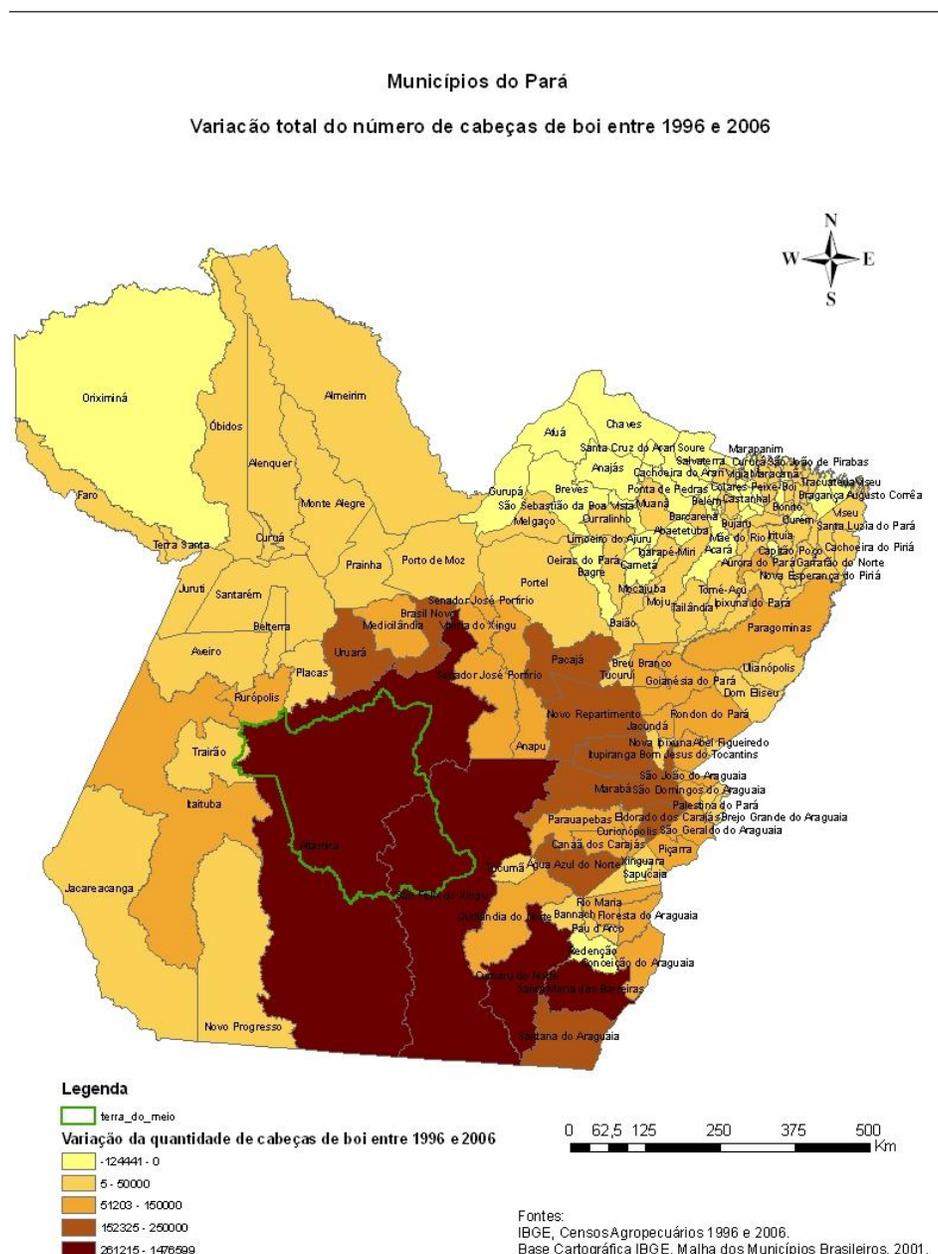
### 3.3.1 Mapeamento do crescimento da atividade pecuária

Ao analisar qual e como foi a evolução das atividades de pastagem no estado do Pará, entre os anos de 1996 e 2006, El Saifi (2008) demonstrou que a produção de gado, especificamente gado bovino, tem se concentrado espacialmente em áreas específicas do estado, sendo a mais importante dessas áreas a que se situa nos municípios em cujas áreas a Terra do Meio está localizada ou nos municípios que ficam no seu entorno.

A figura 10 apresenta o mapa da variação do número de cabeças de gado bovino, nos municípios do estado do Pará.

Ao tratar da variação da quantidade de cabeças de boi em números absolutos, dá a dimensão exata de quais municípios - ou regiões - são os que mais se dedicam à produção de bois e que, portanto, concentram, de fato, esta atividade econômica, a pecuária.

Figura 10: Variação total do número de cabeças de boi. Pará, 1996 e 2006



Este mapa indica, definitivamente, que a concentração da produção pecuária está em São Félix do Xingu e entorno. O aumento em São Félix foi impressionante, da ordem de 1.476.599 a

mais de cabeças de boi entre 1996 e 2006, passando neste ano a contar com nada menos do que 1.624.425 cabeças de boi. Já o município de Altamira passa a contar com a terceira maior marca no número de cabeças de boi em 2006, 394.842, tendo o terceiro maior aumento total no período, de 278.971 cabeças de boi.

Destacam-se, ainda, os municípios de Cumaru do Norte e Santa Maria das Barreiras. O município de Cumaru do Norte, fronteiro com São Félix - situado bem ao sudoeste dele -, é o que tem o segundo maior aumento neste período de dez anos, sendo este da ordem de 285.639 cabeças de boi, ficando com o quarto posto do Pará com relação à quantidade total de produção de bois, ao todo de 387.922 cabeças em 2006. Por sua vez, Santa Maria das Barreiras, fronteiro com Cumaru do Norte, teve o quarto maior crescimento no número de cabeças de boi (261.215), ficando com o segundo maior posto neste quesito em 2006, 435.208 de cabeças de boi. Com relação a esses últimos dois municípios o que chama a atenção é o fato de que seus territórios são bem pequenos comparativamente a Altamira e São Félix, de forma que, em termos relativos, são municípios ainda mais pecuaristas do que os demais.

De forma conclusiva, ao analisarmos o mapa acima, percebe-se que existe uma tendência para a concentração da atividade pecuária em determinados municípios que não estão distribuídos de forma aleatória no território paraense, mas que se concentram, sobretudo, na região da Terra do Meio. Tal concentração pode ser associada a alguns fatores, e, talvez, principalmente ao fato de ser uma região de fronteira agrícola, área em que predominava, e ainda predomina, um vazio estatal e que, apenas muito recentemente, está passando por processos de tentativas de regularização fundiária e de controle do desmatamento florestal por parte da União e do estado. Entretanto, ainda hoje, é uma das regiões campeãs em grilagens de terras. Muitos dos grandes pecuaristas têm histórico de grilagem na região, cujas áreas de florestas são ilegalmente destruídas para criação de áreas de pasto, seja através da provocação pura e simples de queimadas, seja pela derrubada das árvores, para aproveitamento inicial das madeiras nobres da região amazônica.

Corroborando com os dados e argumentação acima, Escada et al (2005, p.14), ao se referir ao papel da pecuária na evolução da fronteira de São Félix do Xingu, afirma que esta se constituiu em palco de um grande número de conflitos e mortes no campo e de uma das mais elevadas taxas de desflorestamento anual, sendo que apenas entre 1997 e 2004 este município aumentou o seu rebanho bovino em nada menos do que 780%. Segundo afirma, “o processo de desmatamento da região leva, direta ou indiretamente, à implantação de pastagens para a formação de fazendas, principalmente, de gado de corte.”

Ainda de acordo com Escada et al (2005, p.14), os fatores explicativos que colaboram com a concentração de áreas de pastagens e do gado são: pouca presença do Estado na região, que facilita o acesso a extensas terras públicas e sua apropriação ilegal e que perpetua a debilidade de uma regulamentação fundiária; características biofísicas apropriadas para formação de pastagens e criação de gado; elevado grau de organização da cadeia produtiva da pecuária.

### **3.4 Unidades de Conservação**

A formação da rede de ação e proteção da TdM, segundo Velásquez et al. (2006), ela tem origem lá na década de 1970, pois a iniciativa de proteger a região, suas comunidades locais e seus recursos naturais, faz parte da agenda do movimento social do Pará desde esta década. Essa luta, num primeiro momento, era protagonizada pelo MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento

da Transamazônica e Xingu. Entretanto, de acordo com Velásquez et al. (2006) a esse movimento social agregaram-se outras forças,

(...) forças de ONGs socioambientalistas como é o caso do Instituto Socioambiental (ISA), Environmental Defense, junto com a Comissão Pastoral da Terra-Xingu e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que têm apoiado a parte de organização comunitária, infra-estrutura para as comunidades, (...). Esse grupo se mobilizou para reunir outras instituições que atuam ou têm interesse em atuar na região como o Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (IPAM), o WWF-Brasil e o Conservation International-Brasil e formaram a rede de ação pela Terra do Meio, somando esforços para realizar um planejamento integrado das ações vindas da sociedade civil e de discutir projetos governamentais que tenham influência sobre a área, como as grandes obras de infra-estrutura.

Dessa maneira, forma-se nos anos 2000 uma das mais fortes redes de ação para a proteção de uma determinada região, com a presença de ONGs de peso nacional e internacional, dentre elas o ISA e o WWF-Brasil.

Como parte dos esforços do Estado para organizar a ocupação (ou manejo) na região, e atendendo às solicitações de criação de unidades de conservação que vinham sendo realizadas, mais sistematicamente, desde a década de 1990 pelos movimentos sociais organizados ao longo da Transamazônica (Velásquez et al., 2006; Sauer, 2005), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) encomendou, em 2002, ao Instituto Socioambiental (ISA) de São Paulo um levantamento socioeconômico e ambiental da Terra do Meio que identificou o mosaico de UCs da TdM. Assim, a equipe do Programa Xingu do ISA, em parceria com organizações locais, realizou expedições à região naquele ano.

Naquele momento (2002), o estudo encomendado pelo MMA revelou que a Terra do Meio, além de ser uma das áreas menos conhecidas do país, é também uma das menos povoadas, com grande parte de sua área bem preservada. Este estudo identificou que a grilagem de terras e a exploração do mogno avançavam a passos largos sobre o território, amedrontando e expulsando famílias ribeirinhas, desencadeando inúmeros conflitos sociais e muita violência contra as populações locais (<http://www.socioambiental.org/uc/1328/noticia/42072>).

Contudo, somente depois da execução da missionária Dorothy Mae Stang, em 12 de fevereiro de 2005, é que o governo brasileiro passou a tratar a decretação das unidades de conservação com mais empenho. Tanto assim o foi, que apenas alguns dias depois da morte da missionária, em 18 de fevereiro, foram decretadas as duas únicas UCs de proteção integral da Terra do Meio, o Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio. Antes deste momento, apenas a RESEX do Riozinho do Anfrísio havia sido decretada pelo governo, em dezembro de 2004. Desta forma, pode-se afirmar que a morte da missionária acabou se constituindo num importante marco para a criação do mosaico Terra do Meio, em virtude da extensa repercussão do fato e das pressões internas e externas que se deram em virtude dele para que o governo tomasse providências mais efetivas para conter a violência e controlar a ação dos fazendeiros.

Dessa maneira, em fins de 2004 e no início de 2005, pode-se considerar que o governo federal começou a criar efetivamente o atual mosaico de Unidades de Conservação (UC) da Terra do Meio, sendo que apenas em abril de 2008, o mosaico foi completado com a criação da última

unidade de conservação a ser oficializada, a Reserva Extrativista do Médio Xingu (RESEX do Médio Xingu).

O quadro 2 apresenta as Unidades de Conservação da Terra do Meio, de acordo com a proposta dessa rede de ONGs.

Quadro 2: Unidades de Conservação da Terra do Meio

UCs	Grupo	Instância Responsável	Órgão Responsável	Extensão (ha)	Fonte/ano criação	Municípios a que pertencem
<i>Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Iriri</i>	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	398.938	Decreto: s/n - 05/06/2006	Altamira
<i>Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio</i>	Proteção Integral	Federal	ICMBio	3.373.110	Decreto: s/n - 17/02/2005	Altamira e São Félix do Xingu
<i>Parque Nacional (PARNA) da Serra do Pardo</i>	Proteção Integral	Federal	ICMBio	445.392	Decreto: s/n - 17/02/2005	Altamira e São Félix do Xingu
<i>Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho do Anfrísio</i>	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	736.340	Decreto - s/n - 08/11/2004	Altamira
<i>Floresta Estadual (FES) do Iriri</i>	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/PA	440.493	Decreto: 2.606 - 04/12/2006	Altamira
<i>Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Xingu (Médio Xingu)</i>	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	303.841	Decreto: s/n - 05/06/2008	Altamira
<i>Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu</i>	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/PA	1.679.281	Decreto: 2.612- 04/12/2006	Altamira e São Félix do Xingu
<i>Floresta Nacional de Altamira*</i>	Uso Sustentável	Federal	SFB	764.142	Decreto nº 2.483, de 02 de fevereiro de 1998	Altamira
<i>Floresta Nacional do Trairão*</i>	Uso Sustentável	Federal	SFB	257.482	Decreto - s/n - 13/02/2006	Itaituba, Rurópolis e Trairão
<i>Parque Nacional do Jamanxim*</i>	Proteção Integral	Federal	ICMBio	859.722	Decreto - s/n - 13/02/2006	Novo Progresso

Elaboração: NEPO, 2008.

Fonte: Instituto Socioambiental (s/d)

\* Integra o *Terra do Meio Conservation Block*, do WWF-Brasil

Conforme anunciado anteriormente, a delimitação da Terra do Meio está sujeita a distintos enfoques e propósitos, de tal modo que não existiu um único (ou unânime) polígono da área. Uma das propostas de delimitação de Terra do Meio, detalhada nos itens iniciais deste texto, propunha que a Terra do Meio era constituída por sete UCs e por duas Terras indígenas (Kuruaya e Xipayá), divergindo da delimitação estabelecida pelo WWF-Brasil.

Para esta ONG, uma das que possui maior atuação na região, deveriam estar incluídas na Terra do Meio (TdM) as áreas das seguintes UCs: Floresta Nacional de Altamira, floresta Nacional de Trairão e Parque Nacional do Jamanxim (UCs em destaque no Quadro 2). O acréscimo dessas unidades pela WWF-Brasil ao polígono da Terra do Meio ocorre para efeito de suas ações no âmbito do Programa Áreas Protegidas e Apoio ao Arpa<sup>9</sup>, constituindo o que se denominou como “Terra do Meio Conservation Block” (WWF 200X).

Já para o Instituto socioambiental parece ser mais interessante a inclusão de duas outras Terras Indígenas (Cachoeira Seca e Araweté) aos limites indicados na figura 1, cobrindo assim uma área protegida superior a 8 milhões de hectares (ISA, outubro/2008).

Por fim, cumpre enfatizar que manejo de UCs, interesses ligados ao setor energético, questões relativas aos conflitos fundiários, dentre outras, são comuns a outras porções do Pará e da Amazônia. As UCs da amazônica como um todo estão sujeitas a pressões “externas” de diversas ordens, podendo abranger desde o interesse de agentes situados no seu entorno (madeireiros, garimpeiros, grandes grupos econômicos) até interesses federais (tais como reserva energética) e interesses internacionais (tais como a preservação do ecossistema amazônico em função das alterações climáticas mundiais, mas também interesses de grandes corporações dos países capitalistas avançados que dependem do fornecimento de matérias primas brasileiras, tais como as commodities minerais amazônicas).

É preciso, portanto, levar em consideração que a Terra do Meio é uma construção (delimitação) que não pode ser analisada ou percebida de forma autônoma. Deve-se levar em consideração que a inserção da região (assim como da Amazônia e do país) nas dinâmicas desenvolvimentistas nacionais e globais ocorre de modo subordinado.

#### **4. Considerações finais**

A partir dessa breve discussão tem-se noção de como é rico o tema de população e ambiente na região que nos propomos estudar. Percebe-se que há uma dificuldade para definir a região da Terra do Meio ao longo da bibliografia e que este debate está longe de ter um fim. Se por um lado existe dúvida sobre a delimitação da área, por outro, existe a certeza de que se trata de uma área com muitos conflitos de interesses que se refletem na relação população e ambiente. As Unidades de conservação, dependendo do seu tipo, podem ser uma alternativa para a fixação da população tradicional na terra e no meio rural, além de representar uma valorização dos saberes tradicionais (agroextrativistas), impedindo a violência e a devastação que acompanham o avanço dos grandes proprietários de terra sobre essas áreas.

Cabe ainda ressaltar que nossa abordagem não esgota a necessidade de futuros trabalhos na área. Muito do que poderia ser tratado ficou de fora deste artigo em função dos recortes que propomos para este momento. Alguns assuntos que mereceriam nossa atenção em futuro próximo são, por exemplo: o recente debate sobre a regularização fundiária envolvendo a polêmica medida provisória do presidente Lula (MP458) que depois se transformou na lei nº 11.952, de 25 de Junho de 2009 (OLIVEIRA, 2010; FONSECA, 2010); boicote à compra de carne proveniente

---

<sup>9</sup> O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), é um programa do Governo Federal que conta com a parceria de órgãos públicos (MMA e IBAMA), de governos estaduais e municipais da Amazônia, do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), Banco Mundial, KfW, GTZ, WWF-Brasil, e do Funbio. Visa proteger 50 milhões de hectares e promover o desenvolvimento sustentável consolidar no Bioma Amazônia

de áreas desmatadas por parte de grandes cadeias internacionais de supermercados com Wal-mart e Carrefour (GERAQUE, 2008) que resultou na Certificação da Cadeia Bovina que tem sido um dos freios para criação de novas áreas de pastagens; a redução nas taxas de desmatamento medidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais através do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES); os levantamentos de Jenkins e Joppa (2009) que mostram que a maior parte das áreas protegidas criadas nos últimos anos no mundo todo se localiza na Amazônia brasileira; a realização do leilão, em abril de 2010, para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

## 5. Bibliografia

AIDAR, Tirza. A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Tese (Doutorado) em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Orientador: José Marcos Pinto da Cunha. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000284895>, acesso em 10 de maio de 2010.

BRASIL, Edson Gillet. “Pará: Terra do Meio é o novo paraíso fiscal na Amazônia”. [s.d]. Disponível em [http://www.amazonia.com.br/ecologia/esp\\_para2404.asp](http://www.amazonia.com.br/ecologia/esp_para2404.asp). Acesso em 23 de agosto de 2008.

BRASIL-GTI (Grupo de trabalho interministerial) - instituído pelo Decreto de 15 de março de 2004). Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163. Relatório Preliminar, março, 2005.

CASTRO, Edna. Dinâmica sócio-econocômica e Desmatamento na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, Belém-Pa, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/51/53>

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos. Atores Sociais na Fronteira mais avançada do Pará - São Felix do Xingu e a Terra do Meio. Papers do NAEA (UFPA), nº 180. Belém: NAEA/UFPA, 2004. ISSN: 15169111. Disponível em: [http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_publicacao.php?id=252](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=252)

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda ; CASTRO, Carlos. Atores e Relações Sociais em novas fronteiras na Amazônia: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. Relatório técnico: Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia. Trabalho de Consultoria prestado ao Banco Mundial (Contrato – 23584 e 388135 -, de 18/01/2002). Belém: Banco Mundial, julho de 2002, 152 p. Disponível: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1185895685298/014DinamicasSociaisFronteiraDesmatamento>

D’ANTONA, Álvaro (coord). Levantamento socioeconômico e demográfico da Terra do Meio. Produto 1: Diagnóstico socioeconômico da região da Terra do Meio. Versão Final. Campinas: Nepo/Unicamp, Junho/2009. 133p. [Relatório realizado a pedido do WWF-Brasil]

D’ANTONA, A. Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp: 2003. Orientador: Daniel Hogan. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000298919>, acesso em 10 de maio de 2010.

EL SAIFI, Samira. Mapeamento da evolução da atividade pecuária no Estado do Pará entre 1996 e 2006. Trabalho Final da Disciplina Geoprocessamento Aplicado às Ciências Sociais ministrada pelo Prof.

Roberto Luiz do Carmo. Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas. Julho de 2008. 14p.

ESCADA, M. I. S., et al. “Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia”. In: Estudos Avançados - ago/2005, vol. 19, n.54.

FONSECA, João Murilo. A critique of Brazil’s new land reform law: how lei nº 11.952 disregards the Constituição, International Law and The Quilombolas. The William Mitchell Law Raza Journal. Vol. 1, Spring, 2010. Disponível: <http://blog.wmitchell.edu/lawraza/wp-content/uploads/2010/04/Fonesca.pdf>, acesso em 10 de maio de 2010.

GERAQUE, Eduardo. Pacto tenta banir produtos amazônicos ilegais em SP. Folha de São Paulo, Caderno Ciência, 15 de outubro de 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2008. 347 f.

HOGAN, Daniel J.; D'ANTONA, Álvaro de O.; CARMO, Roberto Luiz do. Dinâmica Demográfica Recente da Amazônia. In. BATISTELA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (orgs.) **Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação**. São Paulo: Ed. USP, 2008. (p. 71-116).

ICMBIO – Instituto Chico Mendes para a conservação da Biodiversidade. Apresentação de panorama socioeconômico sobre a região da Terra do Meio. Hotel Beira Rio, Belém, Pará, Abril/2008.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Termo de referência para a contratação de consultoria com a finalidade de apresentar alternativas de modelos de negócios para PFNM das comunidades extrativistas e indígenas da Terra do Meio-PA. Outubro, 2008. Disponível: [http://www.probosbrasil.com.br/tdr\\_prod\\_com\\_TM\\_imaflora-isa\\_v3.pdf](http://www.probosbrasil.com.br/tdr_prod_com_TM_imaflora-isa_v3.pdf) Acesso 10 de maio de 2009.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. “Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação”. [s.d]. Disponível em <http://www.socioambiental.org/uc/uf/15>. Acesso em 03 de julho de 2008.

JENKINS, C.; JOPPA, L.N. Expansion of the global terrestrial protected area system. Biological Conservation, 142 (2009) 2166–2174.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A MP 458 e a Contra-Reforma Agrária na Amazônia. In: CANUTO, Antonio (Coord.) Conflitos no campo Brasil 2009. Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.18-26.

SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SCOLESE, Eduardo. Cidades que mais desmatam lideram crimes na Amazônia. Folha de São Paulo. Caderno Brasil. 27 de abril de 2008.

SOUZA, Oswaldo Braga de. “No centro do Pará, um desafio socioambiental ao Estado brasileiro”. 2006. Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2329>. Acesso em 08 de agosto de 2008.

TOBIAS, Alberto. Dinâmica migratória paraense na década de 80. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Área de concentração: Demografia) – Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE / Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. Rio de Janeiro:[S.N], 2003. 159 p. Orientador: Paulo de Martino Jannuzzi. Disponível: [http://www.ence.ibge.gov.br/pos\\_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/alberto\\_jose\\_tobias\\_TC.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/alberto_jose_tobias_TC.pdf)

VELÁSQUEZ, C.; VILLAS BOAS, A.; SCHWARTZMAN, S. "Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará". In Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 40 (6), nov./dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/07.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2008.

WOOD, C.; CARVALHO, J. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.